

Língua nacional, histórias de um velho surrão

Ivana Stolze Lima¹

*Respeito ao idioma, saiu escrita [a Resposta]
no que ele mesmo desvanecidamente chama 'o
dialeto brasileiro', surrão amplo, onde cabem à
larga desde que o inventaram para sossego dos
que não sabem a sua língua, todas as escórias
da preguiça, da ignorância e do mau gosto.*

Rui Barbosa (1902, Réplica)²

Este artigo compõe-se de duas partes. A primeira procura analisar as idéias correntes sobre a língua nacional nas primeiras décadas do século XIX, propondo uma historicização desse conceito. A segunda apresenta resultados iniciais de um projeto que se dispõe a aprofundar uma das tensões relativas à unificação lingüística no país, tratando especificamente dos escravos africanos e crioulos. Uso a epígrafe acima, que trazia à cena o embate entre um “dialeto brasileiro” – o surrão – e uma “língua portuguesa”, de quase cem anos depois, evocando alguns elementos históricos para entender os motivos de tanta – e tão longa – mobilização em torno da língua do Brasil. Peço licença assim ao patrono da Fundação Casa de Rui Barbosa, mas farei um uso interessado e até um pouco invertido da sua metáfora.

¹ Pesquisadora do Setor de História da FCRB, professora da PUC-Rio e doutora em História pela UFF. Desenvolve o projeto "Língua nacional, voz escrava: conflitos sociais e simbólicos no Império do Brasil" com recursos do CNPq. Agradeço aos bolsistas de iniciação científica que participaram da pesquisa ao longo destes anos: Iris Angela Alves, Cláudia Oliveira, Fernanda Pires, Eduardo Roels, Vanessa Nascimento, Carlos Taveira, Paula Abílio. Cada um à sua maneira, tem trazido importantes contribuições.

² Apud PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820-1920...*, p. 383.

Esse uso interessado assenta-se na tentativa de construção de um conhecimento histórico sobre o tema, que supõe atenção para os impasses políticos, os conflitos sociais e para o que Paul Veyne denomina um inventário das diferenças. História aqui não tem o sentido de linearidade reconstruída, ou de uma busca das origens, mas antes de uma disciplina que lida com diferenças e singularidades e que, tanto pelos seus próprios limites metodológicos quanto pelo cunho da sua reflexão sobre a dimensão temporal da existência, seria uma operação intelectual adequadamente definida como uma história conceitual.³

Abramos, portanto, esse amplo surrão, procurando conhecer melhor o que cabe dentro dele, voltando ao período que se inicia em 1822.

Língua nacional, língua brasileira, idioma nacional são alguns exemplos de expressões que se tornaram recorrentes após a Independência do Brasil e que, mesmo sem necessariamente guardar ressentimentos com relação a antiga metrópole, ou serem entendidas como intrinsecamente opostas a uma língua portuguesa, revelam a preocupação de homens da política e das letras com a identidade e a unidade lingüística do país recém-autônomo.

Comumente, atenta-se para a dimensão externa que essas expressões carregariam (uma oposição ou vontade de ruptura diante de Portugal), mas a dimensão interna, no processo de transformação de um conglomerado de regiões, interesses, grupos humanos em um Estado nacional, tornou-se cada vez mais decisivo. O conceito de “expansão para dentro”, desenvolvido por Ilmar Rohloff de Mattos, elucida o movimento de expansão interna da classe senhorial, processo relacionado à sua própria formação como classe, bem como à formação do Estado, com seu aparato não só administrativo, mas pedagógico e simbólico.⁴

Este ponto constitui um dos mais importantes deslocamentos teóricos propostos por esta pesquisa, a partir do diálogo com a documentação. Transpor o antagonismo entre a língua brasileira e a língua portu-

³ Veja-se os textos de Paul Veyne. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história; O inventário das diferenças*; e “A história conceitual”.

⁴ MATTOS, Ilmar R. de. *Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política*.

guesa foi um procedimento essencial para, sem abandonar essa primeira tensão, considerar a oposição, essa sim muito forte, entre a língua portuguesa falada no Brasil, e a “barbaria poliglota”,⁵ ou seja, as línguas indígenas e africanas. Isso sim estava em jogo, muito mais do que a suposta autonomia cultural e intelectual diante de Portugal.⁶ Afinal, foi tomando como referência um ideal de civilização, de herança européia, que a classe senhorial tentou pavimentar o seu caminho na construção da unidade política no Brasil como Estado independente, sob um regime monárquico-escravista.

Alguns pressupostos da história conceitual são fundamentais. Como lidar com esses conceitos, que foram recolhidos em campos documentais relativamente distintos – relatórios, debates parlamentares, manifestos literários, dicionários, etc.? Evitar anacronismos, projeções retrospectivas de significados, é uma atitude teórico-metodológica básica. A idéia não é exatamente desvendar ou “revelar” um sentido original, mas antes procurar, a partir do mapeamento do que estava em jogo, conhecer melhor o contexto histórico-social. Além disso, é na tensão entre o “passado” e o presente que a operação historiográfica atua. A minha proposta é que a pesquisa historiográfica acerca das representações sobre a língua nacional pode funcionar como uma espécie de janela por onde podemos tentar entrever a experiência contemporânea, os projetos políticos, os conflitos sociais subjacentes, procurando ouvir o que estava sendo silenciado, e simultaneamente supor que hoje, o que pode ser entendido como uma “língua nacional” tampouco é algo natural, neutro ou auto-evidente.

O que língua brasileira ou língua nacional significaria para os contemporâneos? No campo literário, de acordo com Joaquim Norberto, na década de 1850, Portugal foi a garantia de uma civilização no Brasil. Teríamos a herança da língua e da religião: eis porque não seríamos selvagens. Os brasileiros seriam “irmãos” dos portugueses, herdeiros da

⁵ A expressão foi usada por Martius, de acordo com RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930*, p. 57.

⁶ Uma posição diferente da minha pode ser vista em Bethania Mariani e Tania Souza. (“1822, pátria independente. Outras palavras?”). As autoras consideram a inexistência da busca de uma identidade linguística no Brasil pós-independência, identidade que segundo sua perspectiva seria construída por oposição a Portugal.

língua, tendo portanto direito à mesma. Os limites da diferenciação estavam dados: “somos cristãos e falamos português”. Vejamos as palavras do próprio Joaquim Norberto.

[...] ao menos cá de mim para mim tenho, que quando disser língua portuguesa, entenderão por tal o idioma de que se usa na velha metrópole, e quando disser língua brasileira, tomarão por tal a que falamos, que é quase aquela mesma, mas com muitas mudanças.⁷

Ainda este autor dizia que

[...] herdeiros de tão grande herança, os brasileiros não se houveram como o filho pródigo desperdiçando as riquezas herdadas; não só conservaram o legado de seus maiores, como enriqueceram-no abundantemente, e o seu clima, modificando-o um tanto, deu-lhe essa doçura com que tão harmonioso e elegante se ostenta nos lábios americanos.⁸

Assim, este autor representa o amplo movimento de constituição de uma língua literária própria, uma das facetas do Romantismo, que suscitou uma produção rica, tanto na literatura ficcional como na vertente crítica, publicada em periódicos, manifestos, etc. Sobre esse pensamento idiomático nativista já escreveu Flora Sussekind,⁹ apontando a fonte que a língua literária irá buscar na linguagem falada no Brasil oitocentista, inscrevendo “marcas de oralidade” no texto. Há um grande número de autores envolvidos nesse debate, no qual se imaginavam algumas “so-

⁷ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. A língua brasileira. *Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Literária*, 1855, tomo 3, p. 100.

⁸ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da literatura brasileira e outros ensaios*, p. 46.

⁹ SÜSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro.

luções” para algo que era visto como um problema: a mestiçagem, ou o material diverso do qual se compunha a população do Brasil.¹⁰

Julgamos por isso que seria interessante investigar outros campos discursivos, além da literatura, acerca do tema.

ooo

Atendendo ao que a Constituição de 1824 havia disposto sobre a instrução primária, em 1827 foi feita a lei que “manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império”. Uma das finalidades seria o ensino da “gramática da língua nacional”. Essa foi a fórmula usada em importante medida na construção da unidade política do Estado independente, quando se procurava criar, através da instrução, um “caráter nacional”.¹¹ Ao tratar da formação do povo, Ilmar Rohloff de Mattos discute o entrelaçamento dos fatores culturais e simbólicos ao processo de centralização política e administrativa do Império do Brasil, em meio à idéia de unidade nacional, ali tão central. A máquina administrativa, a organização política, as instituições pouco valeriam sem a consolidação de um “modo geral de sentir”, como um dos saquaremas tão argutamente disse.

O fato de a denominação “língua nacional” estar registrada na lei de instrução primária, a existência da polêmica literária sobre a “língua brasileira” no Romantismo e das outras polêmicas e paixões envolvendo a forma como o idioma seria denominado em diferentes momentos do século XX deram corpo a um *conjunto de fatores* que nos levou à tentativa de investigar se, na feita desta lei e, de forma mais ampla, nos debates sobre a instrução pública no

¹⁰ LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos de mestiçagem no Império do Brasil*. Ver o capítulo 3: “Entre o tupi e a geringonça luso-africana: eis a língua brasileira”.

¹¹ Fala do deputado Marcos Antonio, sessão de 12 de maio de 1826. In: ANAIS do Parlamento Brasileiro. Câmara dos senhores deputados. Primeiro ano da primeira legislatura. Sessão de 1826, p. 60.

Brasil, haveria outros sinais acerca do sentimento sobre a língua e a nacionalidade.

Vale a pena lembrar que os fenômenos de construção dos Estados nacionais foram marcados pelo esforço de unificação lingüística e de criação de um sistema público de instrução. Assim como a expectativa de que a *uma* nação corresponderia *uma* língua, também a instrução pública foi um dos resultados das transformações do século XVIII, enfeixadas pelo Romantismo e pelas idéias do liberalismo, ainda que esta expectativa tenha sido um tanto modificada pela era das revoluções. Desde a Revolução Francesa, por exemplo, começa uma política explícita de substituição dos patoás e várias línguas regionais pelo francês. Tratava-se de um problema político novo, próprio do novo formato dos Estados nacionais no século XIX, que exigiria uma compreensão pública e *comum* do conjunto dos habitantes. A língua comum inclusive garantia sua adequação ao que era esperado como próprio de cidadãos. A unificação lingüística ligada à fronteira do Estado é uma marca deste processo.¹² Sabe-se que neste novo regime de economia política, a educação leiga, unificada, foi uma grande máquina para produzir cidadãos obedientes, dispostos a se tornarem soldados e trabalhadores.

Os diários (ou anais) da Câmara dos Deputados, constituem uma documentação riquíssima para problematizar a interseção entre a construção da nacionalidade, a formação do Estado e as questões lingüísticas. Em primeiro lugar pela própria experiência de parlamentares reunidos discursando e debatendo as questões legislativas, expressando paixões, ativando habilidades de convencimento e persuasão, desenhando as suas análises sobre o país. Homens de diferentes regiões, com interesses, recursos e cabedal cultural às vezes distintos, e mesmo com certo grau de variação nos recursos econômicos. Sotaques tornaram-se evidentes naquele fórum quase inédito. A primeira legislatura iniciou os seus trabalhos em 1826. Apenas três anos antes, em 1823, a Assembléia Constituinte foi a

¹² CERTEAU, Michel de et al. *Une politique de la langue: la Révolution Française et les patois...*

primeira reunião pública de homens de diferentes províncias no território.¹³ Eram 60 ou 80 deputados presentes nos dias de sessão, acompanhados por uma platéia que, numa época em que cada vez mais a política havia chegado à praça pública, prezava os debates dos deputados como uma experiência cívica e decisiva.

Se não tudo, ao menos boa parte do que se passava no plenário era registrado pelos taquígrafos para que em seguida se consolidassem os diários da Câmara. Dessa forma, temos um tipo de documentação que toca a oralidade de perto. Os discursos (que em geral deveriam ser proferidos de cor, e não lidos), debates, contendas, e mesmo risadas, vivas, apoios foram registrados. Pode-se lembrar que os deputados tinham todo um cuidado com a palavra, a necessidade da precisão da redação das leis, e as implicações políticas de determinadas fórmulas geravam discussões longas, que ocupavam às vezes muitos dias. Nesse intercurso oralidade-escrita, havia ainda a presença forte do impresso: uma vez que um projeto de lei fosse lido, aprovava-se (ou não) a sua impressão para que se iniciasse a discussão do seu teor.

Ao abrir os trabalhos da Câmara, em maio de 1826, o discurso do imperador D. Pedro I iniciou-se pela importância da “educação da mocidade”. Foi estabelecido que caberia à comissão de instrução pública – José Cardoso Ferreira de Melo, cônego, deputado pela Bahia, Ferreira França, médico, também da província da Bahia e Januário da Cunha Barbosa, padre, deputado pelo Rio de Janeiro – a elaboração de um projeto de lei sobre o tema. Durante a espera desse projeto, e mesmo depois de sua apresentação em 16 de junho, os deputados não paravam de apresentar sugestões ou projetos isolados acerca do tema. Nesse intervalo ocorreu uma das primeiras polêmicas: o que seria mais urgente, a formação de doutores ou as primeiras letras?

Teixeira Gouveia propôs a criação de uma universidade, “porque da instrução da nossa mocidade depende em grande parte a consolidação

¹³ José Honório Rodrigues “The victory of the Portuguese language in colonial Brazil”, p. 60, com bastante sensibilidade, percebe esse momento como um marco simbólico na história dos conflitos lingüísticos no Brasil, uma vez que os constituintes, de diferentes partes do país, falavam pela primeira vez uns aos outros numa assembleia pública.

do sistema constitucional. (Apoiado! Apoiado!)”.¹⁴ E Marcos Antonio, propondo a criação de um curso jurídico no Rio de Janeiro, evidenciou a vontade de formar um “caráter nacional”:

É muito mais fácil que os habitantes das províncias deste império, mandem seus filhos para esta capital, onde desenvolvendo seus talentos e adquirindo luzes que os habilitem para os cargos públicos, *formem um caráter nacional*, resultado da *unidade de estudos e hábitos*: caráter de grande importância a um povo, que acaba de constituir-se em nação livre, e independente.¹⁵

Mas não havia total concordância sobre esse “caráter nacional”. Ferreira França, já se revelando um dos personagens mais especiais de todo esse debate, apresenta indícios de projetos distintos de nação, dentre “artes grosseiras e comuns” e “ciências elevadas”:

Parece-me que o primeiro cuidado da comissão deverá ser o de propor a maneira de promover a primária instrução da mocidade, qual é o ler, escrever, contar, medir comumente, etc. Este deverá ser o trabalho mais importante da comissão, pois o que mais convém é saber-se como esta primeira instrução pode ser adquirida; devendo-se dar maior atenção ao ensino das primeiras letras, e *das artes grosseiras e comuns*, necessárias e indispensáveis a todos do que ao estudo das *ciências mais elevadas e sublimes* que deve ter o último lugar (...)¹⁶

A difusão da escrita e da leitura ou a formação dos quadros para a administração? Decidindo sobre qual seria a prioridade, os deputados compunham retratos sobre o Brasil. Souza França dizia “Temos ou não

¹⁴ Sessão de 12 de maio de 1826, p. 60

¹⁵ Ibid. Todos os grifos são meus.

¹⁶ Ibid., p. 61.

temos escolas de primeiras letras? *Eu creio que em qualquer parte do Brasil, ou bem ou mal sabe-se ler e escrever.*¹⁷

E Lino Coutinho discordava, afirmando

[...] que a instrução da classe, chamada povo, é um elemento de que depende a felicidade do Estado; e talvez se possa avançar esta proposição *'que do saber ler e escrever depende a prosperidade da nação'*; porque este é o princípio de toda educação moral, que se pode dar. [...] Demais esta primeira instrução, de que tanto precisamos, está muito atrasada; há muita gente, que não sabe ler, nem escrever [...] Nós seremos mais felizes com a instrução do povo, do que com o grande número de doutores. (Apoiado!)¹⁸

Batista Pereira evidenciava como o saber ler e escrever pode ser um instrumento da ordem, e da religião:

O efeito imediato do saber ler e escrever é o conhecimento das verdades da religião: daqui nasce aquela força indispensável sobre as paixões, força que sufoca todos os movimentos, que convidam ao crime e desordem.

Conheço que temos muito poucas escolas e muito imperfeitos são os seus mestres: são inteiramente idiotas, o patronato é quem os escolhe. Não têm um ordenado suficiente, e por conseqüência não há estímulo público que adiante tais funcionários nos ramos da instrução. Conheço a excelência da arte de ler e escrever, mas o mau método do ensino, retardando a educação, só imprime vícios na mocidade. Portanto tal instrução por agora é pouca coisa, a arte de ler e escrever apenas se reduz, no estado atual, a dar e receber um recado, e a saber dois algarismos.

Querer contudo, como disse um nobre deputado, *que da ciência de ler e escrever provenha a nação maior utilidade do que de um*

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Ibid., p. 61-62.

*número de doutores, é princípio em que não convenho. Sei que os povos não podem ser livres sem serem civilizados: porém se bastassem os conhecimentos primários, por que desprenderíamos tempo e trabalhos em estudos maiores?*¹⁹

Através de algumas oposições, vai se percebendo como os deputados imaginavam a nação instruída e civilizada. Lino Coutinho, explicando sua posição, colocava em ação uma imagem sobre os africanos: “Eu não disse que se dispensavam as ciências: isto seria próprio de um habitante da costa d’África.”²⁰ O deputado Vergueiro, por sua vez, contrapunha o projeto de instrução aos índios: não seria tão adequado falar em criação de escolas em todas as vilas, pois há “algumas realmente que as não merecem, foram de índios que as têm desamparado, e apenas conservaram cem pessoas, que mesmo ainda que tivessem muitas escolas, nunca haviam de aprender”.²¹

Nem só o povo “comum” precisaria ser integrado à escrita. O deputado Souza França fala de vereadores, por exemplo, que “assinariam de cruz”. Afinal, “é preciso que os povos saibam ao menos ler para poder prosperar o sistema constitucional”.²²

Independente da polêmica acerca da prioridade dos estudos superiores ou primários, não resta dúvida de que o letramento era algo que inquietava aqueles deputados da primeira legislatura. Saber ler e escrever: parece que aí gostariam de assentar a ordem que buscavam representar, a nação que estavam a imaginar.

Em 16 de junho de 1826 foi apresentado o projeto de lei sobre a instrução pública do Império do Brasil. Tensões internas à comissão foram evidenciadas por Ferreira França, que diz ter sido voto vencido na proposta. De cunho bastante amplo e muito detalhado, estabelecia a divisão da instrução pública em quatro graus: pedagogias, liceus, gínásios e academias. Cada um desses graus recebeu uma formulação

¹⁹ Sessão de 17 de maio de 1826, p. 64.

²⁰ Ibid., p. 65.

²¹ Sessão de 9 de junho de 1826, p. 88.

²² Ibid., p. 87.

específica, sobre o modo de funcionamento, as cadeiras, a progressão das classes, o método de ensino. A “arte de ler, escrever e contar” foi a fórmula usada para os trabalhos das “pedagogias”, ou escolas de primeiro grau. O campo da gramática geral, da retórica, dos modos de escritura, da hermenêutica, seria amplamente estudado no terceiro grau, ou ginásios. Aos professores de filosofia especulativa caberia o ensino da “gramática da língua portuguesa”; os princípios particulares das gramáticas das línguas, “vivas ou mortas” seriam ensinados em “correspondência com a nossa língua”.²³

O projeto previa a criação de um Instituto do Brasil, “uma corporação de homens instruídos” que coordenaria toda a instrução pública no Império. Além de cuidar da inspeção das escolas, de todo o processo relacionado aos professores e lentes, o instituto se ocuparia também da escolha e aprovação dos livros usados nas aulas, estimulando a sua produção na “língua nacional”, ou a tradução. Haveria um prêmio ao qual concorreriam “não só compêndios escritos em português, mas em latim, ou em qualquer das línguas cultas da Europa, não sendo seu autor brasileiro”. Essa sede por compêndios leva ao privilégio de ser aprovado como professor o autor “brasileiro ou estrangeiro que fale ou escreva suficientemente a língua nacional”.²⁴

A preocupação com a produção e circulação de livros “em português”, na “nossa língua” – formas que se alternam quase naturalmente – terá continuidade nas décadas seguintes. O aumento da circulação de impressos foi sem dúvida um dos grandes eixos onde se assentou a expansão da língua pelo Império.

Quando as sessões foram retomadas em 1827, os deputados continuaram apresentando projetos específicos de criação de escolas, expressando opiniões sobre os temas, e também foram levados à Câmara requerimentos sobre ordenado de professores, etc. Vejamos alguns deles. Bernardo Pereira de Vasconcelos mencionou uma proposta do conselho de Minas, sobre as aulas de gramática latina:

²³ Sessão de 16 de junho de 1826, p. 152.

²⁴ *Ibid.*, p. 156.

[...] há lugares em que um mestre ganha 400\$ para ensinar a língua latina, tem três ou quatro discípulos, e nesses lugares muitas vezes não há uma escola de primeiras letras.

A minha opinião é que se acabe com a língua latina e fique só para os seminários ou bispos, que ensinem, enquanto se não põe tudo em língua brasileira. Eu como membro do conselho desejo ser ouvido na comissão.

Ficou inteirada a câmara.²⁵

Apenas três dias depois o deputado Deus e Silva apresentou um projeto de lei:

Art.1º: Criar-se-ão na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, uma escola de gramática latina e língua portuguesa, outra de gramática e língua latina, uma de gramática e língua francesa, de ideologia e ética outra, uma de retórica e poética, outra de história geral sagrada e profana e da particular do Império e outra do direito natural, público e universal das nações, com a análise da constituição do Império.²⁶

A comissão de instrução pública, em 9 de junho de 1827, apresentou o projeto de lei *Sobre as escolas de primeiro grau, ou pedagogias*. Januário da Cunha Barbosa foi o relator da comissão, e os demais integrantes eram José Cardoso Pereira de Melo, José Ribeiro Soares da Rocha, Diogo Antonio Feijó e Antônio Ferreira França, mais uma vez assinalado como voto vencido. Salvo engano – possível, dada a extensão da documentação e a inexatidão do índice de assuntos –, o detalhado projeto de 1826, abrangendo os diferentes graus de ensino, não entrou em discussão. As escolas, ou “pegagogias”, seriam criadas em cidades, vilas e lugares mais populosos. O artigo 6º tinha essa forma:

²⁵ ANAIS do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Segundo ano da primeira legislatura. Sessão de 16 de junho de 1827, p. 73.

²⁶ Sessão de 19 de junho de 1827, p. 99.

Art. 6º: Os professores ensinarão a ler, escrever, contar, gramática da língua nacional, princípios de doutrina religiosa e de moral, proporcionados à compreensão de meninos.²⁷

Em julho começou a discussão. Ferreira França abriu as contestações, dentre outros pontos condenando o uso da palavra pedagogia, que seria “bárbara”. Ao que Cunha Barbosa respondeu: “receberei sempre uma palavra estrangeira, quando os clássicos dela tiverem usado”. Lino Coutinho também entrou na discussão:

Nós agora também chamamos bárbaro a tudo aquilo que não é brasileiro, mas se assim é, forçoso é riscar dos nossos dicionários todas as palavras gregas, é preciso que se não use da palavra – filosofia – e, de muitos termos técnicos das ciências, porque são bárbaros, e nós temos palavras portuguesas, com que nos podemos exprimir.²⁸

Após outras manifestações, aprovou-se a exclusão da palavra.

Discutindo a possibilidade de supressão de escolas em lugares em que não seriam necessárias, Bernardo Pereira de Vasconcelos voltou a falar dos índios, tema que Vergueiro levantara no ano anterior, ambos apontando aldeias indígenas que estariam desertas. Portanto: para que escolas aí? Batista Pereira diz que uma escola seria inútil apenas por imperícia dos mestres: “Professores tirados de carpinteiros, e sapateiros, serão capazes de educar e ensinar a mocidade?”²⁹ No dia seguinte, Ferreira França, com a sua argumentação peculiar, desprovida de citações letradas e com uma experiência cultural que soa bem distinta da dos bacharéis de Coimbra, acionava uma outra vertente: “não quero outra coisa senão que os meninos aprendam com

²⁷ Sessão de 9 de junho de 1827, p. 39.

²⁸ Sessão de 10 de julho de 1827, p. 104.

²⁹ *Ibid.*, p. 106.

um pedreiro ou carpinteiro”, isto é, com o uso.³⁰

Houve inúmeras discussões e comentários que envolveram o professor, como a do salário, a dos exames que deveria prestar, o nível de conhecimentos exigidos, se o exame seria feito apenas nas capitais – o que exigiria viagens difíceis, mas manteria o controle centralizado da função, ou se poderia ser feito nas cabeças de comarcas. Para Batista Pereira, os professores existentes seriam “grandes ignorantes”: “Alguns há, que não sabem nem a sua própria língua, não sabem ortografia, não sabem nada.” Lino Coutinho discordava, e assim como outros deputados, temia elevar em demasia o rigor e não ter candidatos aprovados para o exercício: “não digo que seja preciso grande perfeição, mas é necessário enfim que mostre o pretendente que sabe ler e escrever corretamente e que sabe os princípios da nossa religião razoavelmente”.

Silva Lobo ponderava que mesmo examinadores aptos seriam raros, pois

[...] a falta de pessoas literatas é tão grande que até em algumas capitais do centro se não encontram, bem como em Oeiras, capital do Piauí, onde além do juiz de fora, o único capaz de preencher as funções de mestres e examinador é só o vigário; pois é o único que ali sabe gramática portuguesa.³¹

Os deputados traçam um país onde é difícil transpor distâncias, onde as letras chegam apenas a alguns notáveis e onde se percebe de alguma forma que a “ignorância” não está só significando uma formação insuficiente, mas uma ameaça política. Toma a palavra Cunha Matos

[...] todos nós convimos que nos sertões do Brasil faltam homens instruídos que queiram ser mestres de primeiras letras: as pessoas de educação liberal são ordinariamente os fazendeiros, que não largam os seus trabalhos para ensinarem meninos ou os vigários, que nem quererão, nem poderão fazê-lo sem faltar às suas principais obrigações! Quem encontramos nós ensinando

³⁰ Sessão de 11 de julho de 1827, p. 115.

³¹ Sessão de 10 de julho de 1827, p. 107-109.

nesses arraiais? Homens ignorantísimos; tabeliães inimigos da humanidade, mestres da infame chicana, perturbadores das sociedades e causadores de todas as desavenças que há entre os povos, que são por eles instigados a demandas em que sempre ganham! São estes homens próprios para educar a mocidade!³²

No dia 11 de julho, entrou em discussão o artigo 6º. Ferreira França propõe a substituição de “gramática da língua nacional” por “declinações e concordância dos nomes da língua portuguesa”. O seu foco não era tanto o adjetivo nacional, mas a gramática, que ele opõe a “exemplos” ou “uso”. A outra proposta de redação era a do ensino da “gramática da língua nacional por via de exemplos”. Não houve nenhuma discussão direta sobre o adjetivo nacional para a língua. Xavier de Carvalho, por exemplo, dizia: “Os conhecimentos da língua nacional se forem a exigirse com perfeição, dando todas as razões, acharemos a mesma dificuldade [...] O que eu quero é que tenham moral.”³³

Muito interessante foram os comentários sobre as leituras recomendadas (sobre as quais o projeto nada falara). Odorico Mendes propôs um artigo aditivo que determinasse “alguns livros por onde isso possa ser ensinado, a saber, a constituição do Império, e alguns dos clássicos da língua portuguesa”, pois aí seriam aprendidos os “termos mais puros da língua”, “sem mistura de língua alheia”.³⁴ E é o nosso Ferreira França que novamente usa a palavra para propor a leitura nas “escolas de ler e escrever a língua nacional”, dos “nossos escritores portugueses”, bem como os livros da “história política do Brasil”.³⁵ Vale ressaltar que esse item entrou na forma final da lei.

Lino Coutinho também apresenta uma fórmula interessante, propondo a necessidade de escolha de livros para o estudo da “*gramática da língua portuguesa, que é a nossa*”, em benefício da “pureza de linguagem portuguesa”. E reclama da falta de livros em português para a mocida-

³² Ibid., p. 110.

³³ Sessão de 11 de julho de 1827, p. 115.

³⁴ Ibid.

³⁵ Ibid.

de, o que os deputados estavam também combatendo com as tentativas de diminuição ou mesmo isenção total das taxas de importação, apresentando e discutindo projetos de lei específicos para esse item. Língua materna é um conceito que aparece em Lino Coutinho, comentando que o ensino deve se regular pela idade dos alunos. Neste tópico dos livros adequados à formação da mocidade, Vasconcelos chega a propor a leitura dos diários da câmara!³⁶

Dias mais tarde, quando o projeto entrou na terceira discussão, Xavier Ferreira opinou que as professoras deveriam simplesmente ensinar a ler e escrever, e não a “gramática da língua nacional”: como vemos uma expressão já um tanto automatizada, ao menos podemos suspeitar disso. O deputado Maia propôs uma emenda na redação do artigo 6º, com introdução de “prática de conta e medição”, mas que corrobora o uso da expressão aqui focalizada: “Ensinarão a ler, escrever, prática de conta e medição, língua nacional, etc. E lerão a Constituição e leis do Império, história do Brasil, história natural e das artes.”³⁷

No dia 28 de julho, a nova versão do projeto de lei foi apresentada, após ter passado pela comissão de redação que incorporou as emendas aprovadas, e foi enviada para o senado.

Em síntese, foi possível estabelecer que havia uma certa difusão dessas formas de denominação da língua, que não excluíram o uso da expressão língua portuguesa; que estas formas parecem alternar-se de forma relativamente espontânea nas falas dos deputados. Ficou claro que a redação da lei de 1827 não foi algo casual ou fortuito.

ooo

Passemos ao *Dicionário da língua brasileira*, escrito e publicado por Luís Maria da Silva Pinto, em Ouro Preto, em 1832. Esse título é realmente intrigante. Afinal, de que trataria?

³⁶ *Ibid.*, p. 116.

³⁷ Sessão de 18 de julho de 1827, p. 198.

À primeira vista, o volume parece prometer algo originalmente “brasileiro” no seu conteúdo; mas a pesquisa levou a outras conclusões. Cotejando este dicionário com a edição de 1813 do *Dicionário da língua portuguesa* de Antonio de Moraes e Silva, conclui-se que o volume mineiro não tem uma nomenclatura muito distinta da que existe no primeiro. Trata-se mais de uma espécie de resumo, como um “Moraes de bolso”. Por outro lado, e essa é a perspectiva que consideramos essencial para a análise, o volume era original justamente por ter sido publicado localmente, e se voltar para a circulação e para a educação. A minha análise não aprofundou a especificidade da construção de Silva Pinto, discutindo por exemplo a leitura e recepção que teria feito dos dicionários então disponíveis. E isso certamente seria muito interessante. Mas, mesmo considerando esse ponto fundamental da semelhança – ter praticamente a mesma lista de verbetes, sendo que cada verbete foi resumido e simplificado –, há algo de muito singular e concreto, que é o fenômeno da *publicação* do *Dicionário*. O volume “portátil” proposto pelo autor-tipógrafo, foi, como fenômeno editorial, de fato, brasileiro: composto, impresso, vendido, lido, usado aqui. Além do dicionário, dos prelos da Tipografia de Silva – pois este era o nome do primeiro produtor de livros na província de Minas Gerais – saíram vários outros compêndios e manuais para uso, na instrução pública e particular, entre o final da década de 1820 e início da década de 1840. É de suma importância avaliar que haviam transcorrido apenas 10 anos da independência e pouco mais de 20 anos da introdução da imprensa no Brasil e, principalmente, que se estava em uma capital do interior, numa época em que apenas se ensaiava a ligação marítima entre as capitais do litoral com a navegação a vapor, e que a viagem para a corte seria longa e custosa. Por isso, mais valeria produzir localmente esses volumes. O exemplo mais candente é a publicação do *Código Criminal do Império*, em edição de bolso, no ano seguinte de sua publicação na Corte, de alguns volumes da coleção de leis do Império, de compêndios gramaticais, de manuais de farmácia (em Ouro Preto já havia o núcleo inicial da escola de Farmácia). Encarar o *Dicionário da língua brasileira* como mais um desses volumes impressos onde havia deles demanda, pela expansão das letras e pela distância da

corte, me parece ser o caminho para encontrar o que seria socialmente mais significativo daquele contexto histórico.

Em um breve parêntese, seria muito interessante explorar hipótese semelhante para o *Compêndio da gramática da língua nacional*, de Antônio Pereira de Coruja, da mesma década, com várias edições ao longo do século XIX, abrindo novas dimensões, que em parte podem levar a repensar a análise feita por Fávero e Molina, segundo a qual Coruja limitou-se a seguir os clássicos no seu entendimento sobre a arte de bem expressar o pensamento. As autoras questionam o sentido que nacional teria para o professor, mostrando apropriadamente que brasileiros e portugueses em parte viam-se como comuns. No entanto, parecem manter como critério um “nacional” que seria “mais legítimo”, ou “puro”, que o autor não teria alcançado. A perspectiva, nesse caso, parece equivocada. Por outro lado, poder-se-ia enfatizar também, a meu ver com proveito para o entendimento do processo histórico-social do século XIX, a dimensão da publicação do volume e seu uso no sistema escolar, contribuindo para um nacional cujo sentido maior não busca singularidade face a Portugal, mas antes se espalha e impõe sobre o território brasileiro.

Além disso, ainda no domínio de uma história conceitual, para entender o título do dicionário, é preciso olhar para a efervescente cultura política do Brasil do período regencial (1831-1840). A abdicação de D. Pedro I, a instalação de um governo regencial, as discussões em torno das reformas liberais, os diferentes movimentos sociais espalhados pelo Império foram fenômenos banhados em intensa disputa sobre a identidade e a cidadania. Paixões e fervores acompanhavam as palavras “brasileiro” e “português”. Nada parecia neutro. Insultos, xingamentos, bravatas eram corriqueiros nas ruas, quartéis, teatros e no farto material impresso que circulava na Corte e nas províncias. Como atribuir ao dicionário o título de língua portuguesa se o português era o maroto, pé-de-chumbo, absolutista, inimigo com quem se disputavam cargos públicos e decisões sobre o rumo da política? A nacionalidade, forjada de forma bastante particular, era entendida como inseparável da cidadania e das lutas políticas. Não se tratava simplesmente de um movimento antilusitano, mas de toda uma tensão interna sobre quem seria plenamente identificado

como um cidadão brasileiro, inclusive com a forte participação dos mulatos e homens de cor livres e libertos.

No pequeno prólogo do *Dicionário*, Silva Pinto conta como lançou, em 1829, a proposta de subscrição, que foi prontamente acolhida, em diferentes províncias do Império. Ele comprou o papel necessário, mas logo se deu conta de que, distribuídos os exemplares, quase nada restaria para compensar o seu próprio trabalho. Trabalho esse “árduo” e “longo”, pois

[...] cumpria consultar todos os vocabulários ao alcance, para com efeito dar o da língua brasileira; isto é, compreensivo das palavras, e frases entre nós geralmente adotadas, e não somente daquelas que proferem os índios, como se presumira.³⁸

A expressão língua brasileira, assim, é explicada não em contraposição à língua portuguesa, mas à língua *dos índios*. Este seria, portanto, o sentido corriqueiro e espontâneo da expressão.³⁹ Em 1860, Joaquim Norberto ainda precisava fazer a mesma ressalva ao defender esta “língua brasileira”, dizendo claramente não se tratar da língua “brasílica” ou “guaranina”.⁴⁰

Por tudo isso, levando-se em conta as expectativas da época, os próprios termos em que se davam as disputas políticas, aparece a explicação mais plausível e socialmente significativa para o título de 1832. Tratava-se mais de evitar o uso de um qualificativo impróprio naquele momento do que de advogar de forma consciente e argumentada por uma cisão idiomática.

Mas nada disso estava pacificado.

Possíveis erros, falhas, equívocos nas fontes, não merecem ser desperdiçados, podendo servir de matéria-prima para o historiador, quase

³⁸ PINTO, Luís Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira*.

³⁹ Bethania Mariani faz um levantamento bastante interessante das formas de designação da língua brasílica, língua geral, língua tupi, etc. (Ver MARIANI, Bethania. *Colonização lingüística*.)

⁴⁰ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. A língua brasileira. *Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Literária*, 1855, tomo 3, p. 100.

sempre carente de informações e registros mais precisos. Às vezes pode valer a pena ouvir o Dr. Freud e prestar atenção nos “atos falhos” dos sujeitos passados que procuramos compreender. Significados coletivos podem aparecer aí. Inocêncio Silva, dedicado a compilar informações bibliográficas, em 1860, referia-se ao volume como *Dicionário da língua brasílica*. Em edição suplementar procurou – em vão – corrigir o equívoco sobre o título:

Parece que estabeleceu para as suas edições uma tipografia, e entre as obras que imprimiu, sob a sua direção, figura um *Dicionário da língua portuguesa*, e por isso julgo que houve equívoco em indicar sob o número 649 um *Dicionário da língua brasílica*.⁴¹

Em publicação do IHGB persiste a designação de «Dicionário da língua portuguesa» para a obra de Luís Maria da Silva Pinto.⁴² Deveria ser mesmo difícil assumir este título, talvez pela própria dissonância e desacordo quanto ao que seria o sentido mais espontaneamente associado, de língua brasílica, indígena.

Assim, começou a ficar claro que o sentido principal, como fenômeno historiográfico, era ver a relação com Portugal, o outro externo, mas pautada pelos outros “internos”. A fonte de inspiração foi dada pelo trabalho do Manoel Salgado sobre a produção de uma “história nacional” pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (Aliás, há vários pontos de contato entre as representações de uma nacionalidade lingüística no século XIX e a historiografia, o que é um estudo para ser feito.)

A “ordem” da classe senhorial seria dada na “língua nacional”. Um presidente da província de Minas Gerais, em meados do século, associava a criminalidade à ignorância do idioma nacional. Listando os crimes, ele diz: “[...] a mor parte dos réus é estranha ao conhecimento dos primeiros rudimentos da língua nacional”.⁴³

⁴¹ SILVA, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*, 1860, p. 303; e 1893, p. 46.

⁴² IHGB. *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*, v. 5, p. 110.

⁴³ Relatório do Presidente de Província de Minas Gerais, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, 1855. Ouro Preto, Tipog-

A ênfase em uma unidade nacional garantida pela língua era uma idéia acionada para elaborar simbolicamente o medo da africanização, como no caso do cômico Pinheiro, em artigo da *Guanabara*, da qual era um dos editores. Este autor, procurando debater com uma estimativa sobre a população do país feita por Nunes de Souza, segundo a qual haveria para cada homem branco, dois de cor, o que seria nefasto, assegurava que no Brasil encontram-se “ligadas as suas diversas partes pela comunidade de interesses, de língua, de religião”.⁴⁴

Aqui temos uma pista já em si bastante significativa para mapear a relação do processo de nacionalização lingüística no Brasil com os escravos, fossem crioulos (nascidos aqui) ou africanos. Essa relação pode ser avaliada pela literatura oitocentista – em síntese, trata-se de como o Romantismo e as elaborações sobre a língua literária brasileira procuraram negar a influência africana⁴⁵ – uma vez que os holofotes estavam voltados para o tupi, objeto da apresentação de João Paulo Rodrigues neste seminário –; mas, nesse próprio movimento de negação, pode-se encontrar, ainda que de forma residual, em notas de rodapé, em cenas literárias, na caracterização de personagens, no uso de metáforas, uma série de indícios da sua presença. Como não há espaço para detalhá-la neste artigo, fiquemos com a pista de que os escravos foram agentes sociais centrais na expansão da língua portuguesa pelo Brasil.

Varnhagen, autor da *História geral do Brasil*, publicada entre 1853 e 1855, é um dos intelectuais que comungava do medo senhorial de uma entrada excessiva de africanos no Brasil e dava uma das pistas, onde aparece uma fala “estropiada”, característica do uso do português pelos africanos.

Sem identidade de língua, de usos e de religião entre si, só a cor e o infortúnio vinha a unir estes infelizes, comunicando-se

grafia do Bom Senso, 1855.

⁴⁴ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Uma resposta. *Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Literária*, 1855, tomo 3, p. 97-98.

⁴⁵ LIMA, Ivana Stolze. Entre a língua nacional e a fala caçanje: representações sociais sobre a língua no Rio de Janeiro imperial.

na língua do colono, estrangeira a todos, e por isso sempre por eles cada vez mais estropiada, em detrimento até da educação da mocidade, que, havendo começado por aprender com eles a falar erradamente tinha depois mais trabalho para se desavezar de muitas locuções viciosas.⁴⁶

Há aí, ao lado da imagem desqualificadora dos africanos, um indício muito interessante, que seria o papel atribuído aos mesmos como difusores do português vernáculo brasileiro. Varnhagen, sem essa intenção, nos comprova a importância dos africanos na difusão da língua: as locuções viciosas, o falar erradamente, seriam marcas que deixariam na “educação da mocidade”. Podemos ver aí um contraponto ao ensino da gramática da língua nacional?

A importância dos escravos tem sido enfatizada pelos estudos de história sociolingüística, ao apontar a variante popular da língua, como faz Rosa Mattos e Silva⁴⁷ e, neste seminário, Dante Lucchesi.

Há várias expressões para designar um português estropiado, que podem ser recolhidas entre os letrados: português caçanje, português xacoco, português nagô, e mesmo português bunda, em referência à língua africana de mesmo nome – que aliás foi a classificação dada por Alexandre Herculano ao código penal português, e exatamente a citada por Rui Barbosa na polêmica da redação do Código Civil Brasileiro, revelando que esta seria um dos equivalentes do amplo surrão.

O objetivo do projeto de pesquisa *Língua nacional, voz escrava* é justamente questionar as diferentes formas de relação entre os escravos e o processo de unificação lingüística no Brasil. Procuramos focalizar estratégias de comunicação travadas pelos escravos. Para isso, elegemos um conjunto documental que traz evidências muito interessantes sobre o seu desempenho lingüístico, que são os anúncios de jornal, principalmente anúncios de fugas de escravos.

⁴⁶ VARNHAGEN, Francisco A. de. *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*, p. 276.

⁴⁷ SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. Esta obra discute alguns fundamentos de uma história lingüística, e as possibilidades de análise do caso brasileiro.

Na experiência cotidiana, a necessidade de identificação de escravos associava, de forma muito recorrente, as características da fala aos demais sinais físicos e às habilidades dos escravos. A fala era encarada como um sinal identificatório decisivo, como pode ser avaliado nos anúncios publicados em diferentes partes do Império.⁴⁸ Vejamos alguns exemplos:

No dia 25 do passado, fugiu [...] um escravo crioulo, de nome José, vindo proximamente da província das Alagoas, terá de idade pouco mais ou menos 30 anos; é de cor fula, tem falta de dois dentes na frente do queixo superior; estatura baixa, é muito falador, e diz que é forro: julga-se que andará trabalhando em alguma roça nos subúrbios desta cidade.⁴⁹

Este anúncio, lido à luz da historiografia, que tem destacado as diferentes formas de resistência desenvolvidas pelos escravos, contém aspectos bastante interessantes, como a fuga, a mobilidade espacial e a tentativa de se empregar como homem livre.⁵⁰ Acompanhando tudo isso, a observação de seu proprietário, de que “é muito falador”, necessária mesmo sendo José um crioulo, com probabilidades portanto de ter aprendido o português desde criança. Não se trataria simplesmente de saber falar o português – um dos atributos dos africanos que fossem qualificados como “ladinos” –, mas de um uso fácil, que permite mesmo o disfarce da liberdade: “diz que é forro”.

⁴⁸ Os anúncios citados nesta seção foram recolhidos do volume organizado por Marymarcia Guedes e Rosane de Andrade Berlinck. *E os preços eram cômodos... Anúncios de jornais brasileiros, século XIX*. Este livro é um dos resultados do projeto “Para a História do Português Brasileiro”, e as organizadoras defendem o argumento de que os anúncios de jornal constituiriam uma fonte possível para a modalidade falada da língua e expressariam, espontaneamente, aspectos específicos do português do Brasil. Nós atualizamos a ortografia das citações. Agradeço a Gladys Ribeiro a preciosa indicação desse livro.

⁴⁹ GAZETA Comercial da Bahia, 1 de agosto de 1838, transcrito em GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. *E os preços eram cômodos*, p. 22.

⁵⁰ Ver, entre outros, CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade* e SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*.

Mesmo que a principal motivação para mencionar as características da fala fosse a identificação, na medida em que acompanha os demais sinais físicos, isso não excluiu que estas viessem coladas a um conjunto de valores, de medos e prevenções. Mencionar uma característica identificadora e expressar medos e expectativas morais em relação aos escravos eram atos simultâneos na representação da fala dos escravos fujões.

O próximo exemplo trata de um escravo africano, que também não teria maiores problemas em se comunicar:

Desapareceu a José de Lima Nobre, e crê-se que furtado, no dia 28 do passado um escravo de nação nagô, carregador de cadeira, por nome Gaspar, com os sinais seguintes: alto, nariz fino, dentes limados, cara alanhada, idade 30 anos, fala desembaraçado [...].⁵¹

O que significaria a categoria “fala desembaraçado”, muito recorrente nos anúncios? A hipótese desenvolvida explora a direção de um bom desempenho lingüístico na língua senhorial. Vejamos estes outros exemplos:

Marcelina, crioula, era apresentada como “fula, rosto comprido e puxado, bexigosa, boca e olhos pequenos, lábios grossos [...], com uma cicatriz no braço direito, muito regrista, *branda no falar* (...)”.⁵² Um crioulo fugiu em Queluz, Minas Gerais, “de cor fula” e “*de poucas falas*”; outro, de “*fala muito macia*, pés chatos”. Fugiu também João, “estatura baixa, retinto, *pernóstico*”. Outro, também crioulo, “baixo, magro, *muito conversado, e conversa bem*”.⁵³ Havia também Aureliano, um pardo trigueiro, que procurava passar por homem livre, empregando-se em

⁵¹ GAZETA Comercial da Bahia, 1 de agosto de 1838, transcrito em GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. *E os preços eram cômodos*, p. 22

⁵² DIÁRIO da Bahia, 10 de maio de 1833, transcrito em GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. *E os preços eram cômodos*, p. 85

⁵³ Ibid., p. 121, 122 e 124.

seu ofício de tocar tropa, e que “*fala bem*”.⁵⁴ O africano José, oficial de pedreiro, tinha “*fala macia*”.⁵⁵ Outro africano é apresentado como alguém que “*fala desembaraçado*”.⁵⁶ O moleque Serafim “*Fala muito bem; é muito cigano; costuma trazer o chapéu ao lado. Desconfia-se ter acompanhado uns mascates italianos, como camarada [...]*”.⁵⁷

Um indício interessante é que a fronteira entre africanos e crioulos nem sempre era cristalina. José, escravo de nação, “mal-encarado e *fala como crioulo*”.⁵⁸ Outro, ao contrário, era crioulo, mas teria um sotaque de africano: “Miguel, preto, de 30 a 40 anos de idade, estatura do corpo regular, barbado, crioulo do Rio Grande do Sul, fala com sotaque de africano e inculca-se como pedreiro.”⁵⁹ A todos estes exemplos, podemos somar a constante referência a escravos como “ladinos” ou “boçais” e suas gradações, “um pouco ladino”, “muito ladino”, que também abrigam informações sobre as habilidades no domínio da língua.

Também os anúncios trazem elementos para perceber como a expectativa dos senhores era de que os africanos logo aprenderiam a falar português. Em São Paulo houve notícia de “um preto fugido de nação Congo, que ainda não fala português”.

O aprendizado do português poderia servir como uma certa nacionalização dos escravos crioulos e africanos, tal como imaginada pelos dirigentes imperiais, como o cônego Fernandes Pinheiro. Os mesmos

⁵⁴ BOM Senso (MG), 5 maio de 1856, transcrito em GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. *E os preços eram cômodos*, p. 127

⁵⁵ O BEM Público (MG), 25 de Julho de 1860, transcrito em GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. *E os preços eram cômodos*, p. 12

⁵⁶ O BEM Publico (MG), 27 de agosto de 1860, transcrito em GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. *E os preços eram cômodos*, p. 133

⁵⁷ A ATUALIDADE (MG), 18 de abril de 1878, transcrito em GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. *E os preços eram cômodos*, p. 136

⁵⁸ O CONSTITUCIONAL (SP), 1 de abril de 1854, transcrito em GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. *E os preços eram cômodos*, p. 400.

⁵⁹ CORREIO Paulistano (SP), 1 de junho de 1879, transcrito em GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. *E os preços eram cômodos*, p. 418.

poderiam, no entanto, usá-lo para fins próprios. Se era uma adaptação, por um lado, à sociedade escravista, era também mais um recurso para construir formas de solidariedade ou sobrevivência; e isto não era incongruente com a manutenção ou aprendizado de outras línguas, como as línguas francas.

Para muitos dos dirigentes imperiais, homens da política e das letras, a língua comum era considerada o fator de união entre os díspares elementos do que se pretendia conceber como um conjunto. Sua difusão seria uma forma de reduzir os particularismos, de governar pelo caminho da incorporação a uma imagem de unidade. Através da língua, as regiões se uniam, livres e escravos tornavam-se membros (embora sempre diferenciados) de uma comunidade.

Mas os conflitos teimavam em aparecer, bem como outras memórias e outras línguas, disputando com o idioma português, sobre o qual os brasileiros queriam exercer seu direito de herança, lugares próprios de sociabilidade. Como já escrevera José Honório Rodrigues, em artigo que sugere grande potencial de pesquisas ainda não devidamente seguidas:

Em uma sociedade dividida em castas, raças e classes, em um país como o Brasil onde, por três séculos as várias línguas dos indígenas e dos imigrantes africanos lutaram contra uma única língua branca, não poderia haver paz lingüística ou cultural mesmo quando o processo da unificação lingüística já era evidente.⁶⁰

No *Dicionário da língua brasileira* não há a entrada “brasileiro”. Português, tanto em Silva Pinto como em Moraes, tem apenas o sentido de moeda que circulava no tempo de D. Manuel. A definição de *nação* segue de perto a de Moraes, embora tenha retirado a idéia de língua como uma de suas definições.

Em Moraes:

⁶⁰ RODRIGUES, José Honório. *The victory of the Portuguese language in colonial Brazil*, p. 59.

NAÇÃO. A gente de um país, ou região, que tem Língua, Leis e Governo à parte. v.g. Nação francesa, Espanhola, Portuguesa. § Gente de Nação, i.e., descendente de judeus, cristãos novos. § Raça, casta, espécie.⁶¹

Em Silva Pinto:

NAÇÃO. S. f. ões no plur. A gente de um país, que se governa por suas leis particulares. Casta, raça. *Gente de nação*, Descendente de Judeus.⁶²

Terá o tipógrafo-autor suprimido a referência à língua como critério de nacionalidade por causa da especial situação do Brasil diante de Portugal? Sem poder concluir sobre a sua intenção, vale a observação.

No *Dicionário da língua brasileira* aparecem muitos verbetes que designam grupos raciais e de identidade:

CABRA. Filho de pai mulato, e mãe negra, ou ao contrário.
CRIOULO. O preto escravo, que nasce em casa de seu senhor. O animal ou ave que nasce em poder de seu dono.
ESCRAVO. Cativo. Que está em escravidão.
JALOFO. Adj. Boçal, rude.
MAZOMBO. Nascido no Brasil.
MULATO. Nascido de preto com branca, ou de branco com preta. Pardo.
PARDO. De cor entre branco e preto. Mulato.
PRETO. Homem preto.

Estas marcas fixaram-se na forma como aquela sociedade se representava. Eram marcas naturalizadas, e a partir delas, mas sem questioná-las, é que se buscava construir o modo geral de sentir.

⁶¹ SILVA, Antônio Morais e. *Dicionário da língua portuguesa*, tomo 2, p. 332

⁶² PINTO, Luís Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira*.

Ao longo do século XVIII, a implantação da língua portuguesa no Brasil constituiu uma política explícita em uma série de medidas metropolitanas, culminando nas reformas pombalinas. Mas a língua modificava-se lentamente, e passou a ser apropriada por uma outra classe senhorial, a do Império do Brasil, para a qual os significados de escravos, pretos, mulatos, calhambolas, cafres, cabras, crioulos pouco mudaram. A unidade política do Império do Brasil, reelaborando as heranças do Império português, executou um movimento interno de expansão, na veiculação de valores, memórias, imagens que atravessavam a literatura, a história, a arte, a língua nacionais. O Império construiu a Nação, procurando dominar as “nações” internas, os particularismos, as outras heranças da colonização.⁶³ De qualquer forma, assim como as disputas sociais tiveram continuidade, a disputa com a heterogeneidade lingüística também irá continuar.

Fechemos aqui agora esse amplo surrão, com a aposta de que conseguimos olhar um pouco para dentro dele, quem sabe perdendo um pouco do medo do que encontraríamos.

⁶³ MATTOS, Ilmar R. de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política.

Referências bibliográficas e documentais

- ALKMIM, Tania. A fala como marca: escravos nos anúncios de Gilberto Freire. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 221-229, 1. sem. 2006.
- ANAIS do Parlamento Brasileiro. Câmara dos senhores deputados. Primeiro ano da primeira legislatura. Sessão de 1826. Rio de Janeiro, Tip. do Imperial Instituto Artístico, 1874.
- ANAIS do Parlamento Brasileiro. Câmara dos senhores deputados. Segundo ano da primeira legislatura. Sessão de 1827. Rio de Janeiro, Tip. de Hipólito José Pinto & Cia, 1875.
- CERTEAU, Michel de et al. *Une politique de la langue: la Révolution Française et les patois: l'enquête de Gregoire*. Paris: Gallimard, 1975.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GUANABARA: Revista Mensal Artística, Científica e Literária. Rio de Janeiro: Tip. Dois de Dezembro, 1849-1856.
- GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. *E os preços eram cômodos... anúncios de jornais brasileiros, século XIX*. São Paulo: Humanitas: FFLCH/USP, 2000.
- IHGB. *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Rio de Janeiro, 1996. v. 5
- LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos de mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- _____. Entre a língua nacional e a fala caçanje: representações sociais sobre a língua no Rio de Janeiro imperial. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Sales; COSTA, Wilma Peres (Org.). *De um império a outro: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: FAPESP/HUCITEC, 2007. p. 63-99.
- MARIANI, Bethania. *Colonização lingüística*. Campinas: Pontes, 2004.

MARIANI, Bethânia; SOUZA, Tania. 1822, pátria independente. Outras palavras? *Organon*, v. 21, p. 43-51, 1994.

MATTOS, Ilmar R. de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack Brasiliense*, n. 1, p. 8-26, 2005.

PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*, 1 – 1820-1920, fontes para a teoria e a história. São Paulo; Rio de Janeiro, EDUSP: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

PINTO, Luís Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira*. Ouro Preto: Tip. de Silva, 1832.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930*. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas.

RODRIGUES, José Honório. The victory of the Portuguese language in colonial Brazil. In: HOWER, Alfred; PRETO-RODAS, A. Richard (Org.). *Empire in transition: the Portuguese world in the time of Camões*. Gainesville: Univ. of Florida, 1985.

SILVA, Antônio Morais e. *Dicionário da língua portuguesa recopilado*. 2. ed. Lisboa: Lacerdina, 1813.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

_____. _____. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Organização, apresentação e notas de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Zé Mário Ed., 2002.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

SÜSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

VARNHAGEN, Francisco A. de. *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*. 3ª. ed. integral. São Paulo: Melhoramentos, 1854-1857.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

_____. *O inventário das diferenças*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. A história conceitual. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.